

# O Brasil e o futuro: solução negociada

Até há uma semana atrás discutia-se no país a hipótese da moratória como uma das possíveis soluções para o problema da dívida externa brasileira. Defendida ardorosamente por eminentes economistas vinculados aos partidos da Oposição, a moratória da dívida externa chegou a figurar na peça programática do PMDB, que a apontava como a única saída para o impasse cambial que desde meados do ano corrente aflige a Nação.

A este tipo de proposição respondeu, sempre, o Governo, com uma vigorosa defesa da solução negociada com os credores externos. A demora na conclusão das negociações e o acúmulo de atrasados comerciais que atingiram cerca de 3 bilhões de dólares nos meados do ano deram força à pregação oposicionista. O debate não chegou a níveis insuportáveis de radicalização, embora a pressão das alas de esquerda aumentasse o desconforto dos setores oposicionistas moderados, como por exemplo o grupo que obedece à liderança do Governador Tancredo Neves, o qual sempre repeliu a idéia da moratória, dando suporte à solução negociada.

Desde o mês de maio de 1983 os responsáveis pela execução da política econômica federal, o Ministro Delfim Netto à frente, conviveram com um clima de antevéspera do apocalipse financeiro. A partir do primeiro rompimento das metas acertadas em fevereiro com o FMI no que se refere a contenção da inflação e do déficit público, os Bancos privados estrangeiros desobrigaram-se de compromissos assumidos no sentido de dar suporte às necessidades de crédito brasileiras. O Governo se viu obrigado a centralizar as operações de câmbio no Banco Central, de modo a poder administrar rigidamente as parcas divisas, garantindo as importações de petróleo e de algumas poucas matérias-primas estratégicas.

A centralização do câmbio — se de um lado evitou o desastre na frente externa — exasperou o grau de dificuldades com que já se defrontava o objetivo de reduzir a inflação. O prolongamento da seca nordestina, que se repetiu pelo quinto ano consecutivo arrasando plantações e dizimando rebanhos, superposto ao fenômeno climático no Sul no auge da comercialização da colheita de grãos, completava o quadro de dificuldades na já sensível área de controle dos preços.

A debacle pareceu inevitável, lá pelos meados de agosto/setembro, engrossando o coro dos apologistas da moratória. Os preços agrícolas dispararam nas vésperas do plantio da nova safra; as restrições às importações pressionavam fortemente os preços industriais; a incerteza, quanto ao resultado das negociações externas, introduziu o componente psicológico suficiente para fazer com que a inflação rompesse todas as barreiras, deixando para trás o desconfortável índice de 100% de 1982, para aproximar-se perigosamente da insuportável marca dos 200% anuais.

Na antevéspera do plantio da nova safra a ser colhida no próximo verão, adotou o Governo uma decisão que poderá justificar grande parte do êxito ou do fracasso de toda a sua política econômica em 1984: a decisão de não contranger os preços dos produtos agrícolas, deixando-os livres para uma verdadeira corrida contra o tempo e contra a crescente impaciência dos consumidores. Se a estratégia de liberação dos preços agrícolas conduzir efetivamente a uma colheita farta no verão de 84, terão as autoridades econômicas avançado um passo gigantesco na superação do desafio principal na frente interna: a inflação.

Se perderem a corrida, terão que se haver com nova e insuportável pressão inflacionária, exasperando a um só tempo a impaciência dos consumidores domésticos e a intranquilidade dos credores externos.

Na frente externa, com um pouco menos de ousadia, mas certamente com doses maiores de resignação e paciência, conduziram-se as negociações simultaneamente em três cenários principais: Washington, Nova Iorque e Paris, com curtas temporadas em teatros não menos importantes, na City de Londres, Zurique, Tóquio, Chicago, Ryiad e Frankfurt.

Em Washington, sede do mal-amado FMI, foram concluídas na semana passada as mais longas negociações relativas ao comportamento da economia brasileira de que se tem notícia em nossa História.

História rica em alternância de períodos de grande euforia desenvolvimentista por períodos sofridos de acerto de contas.

O acerto de contas desta vez com o Fundo Monetário Internacional só foi obtido após vários meses de exasperantes discussões (pelo menos para o público que as acompanhava de longe), incessantes viagens entre Brasília e Washington, trocas de informes e conserto de números, diante do que confundiu-se a opinião pública, martirizada de um lado pela aparente impotência do Governo e, de outro, pela não menos aparente simplicidade da terapêutica recomendada por porta-vozes da Oposição: a moratória unilateral.

"Pacientes negociações", repetia o principal negociador do lado brasileiro, Delfim Netto.

Verdadeira "queda-de-braço", definia um importante membro da equipe negociadora.

Seja qual for a expressão correta, nos finais de novembro realiza-se em Washington a rodada decisiva de negociações; o acordo, afinal, consubstanciando um conjunto de medidas que já fazem parte do repertório clássico dos acertos de contas entre credores e devedores: o país deve usar o repertório de instrumentos de política econômica conducentes à redução dramática das despesas do Governo; à expansão das exportações; à eliminação do déficit público e, sendo possível, à realização de um superávit orçamentário igual ao do PIB; à manutenção de um saldo na Balança Comercial, que em 1984 deve atingir 9 bilhões de dólares; à redução das taxas de inflação a pelo menos à metade da taxa anual verificada em 1983.

Pelas reações moderadas partidas da Oposição, poder-se-ia concluir que os termos do acordo com o FMI foram menos draconianos do que se suspeitava. Uma voz que se batia pela decretação da moratória, o respeitado economista Celso Furtado, repeliu moderadamente os temos do acordo com o FMI, advertindo que as medidas de política econômica preconizadas manterão o país na recessão por mais alguns anos. Críticos habituais da forma como está sendo conduzida a política econômica — tais como o ex-ministro Mário Henrique Simonsen e o ex-prefeito paulista Olavo Setúbal — reconheceram a necessidade do acordo com o FMI e a oportunidade das medidas preconizadas para reduzir a inflação e os gastos excessivos do governo.

Delfim Netto, artífice principal do acordo, contesta veementemente que ele imponha a perpetuidade da recessão econômica. "Pelo contrário" — diz ele — "o aperto nas despesas governamentais, a eliminação do déficit público e a restrição às importações estatais vão abrir um espaço que faltava à atividade privada. Há capital e trabalho ociosos que devem preencher esse espaço. E as importações privadas logo ficarão livres do aperto cambial e poderão crescer 15% em 1984, o que, somado à ampliação das exportações, vai gerar mais demanda interna e mais oferta de empregos".

Feitas as pazes com o Fundo Monetário, caíram as tranças que vedavam os cofres dos banqueiros internacionais e abriram-se as portas do fechadíssimo Clube de Paris, dono da chave-mestra que controla os créditos dos Bancos Centrais dos países ricos.



Os ministros brasileiros, a exemplo de Galvão, empreenderam uma verdadeira maratona de viagens pelo mundo para obter os recursos necessários para acertar as contas externas do País